

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE AUTORIDADE: UMA ABORDAGEM BASEADA NOS OBJETIVOS E NAS FUNÇÕES DOS CATÁLOGOS

Fabrizio Silva Assumpção¹, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos²

¹Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, Campus de Marília, SP

²Livre-Docente em Catalogação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Departamento de Ciência da Informação da UNESP, Campus de Marília, SP

Resumo

Considerando o catálogo como um canal de comunicação entre um usuário e um conjunto de recursos informacionais (acervo), objetiva demonstrar a importância do controle de autoridade para os objetivos e funções dos catálogos. Apresenta definições de controle de autoridade e trabalho de autoridade e os objetivos e as funções dos catálogos definidos por Charles Ammi Cutter, Eva Verona, Ákos Domanovszky, Seymour Lubetzky e Elaine Svenonius, assim como aqueles apresentados nos “Princípios de Paris”, no *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação. Os resultados mostram que as definições dos objetivos e funções dos catálogos elaboradas e reelaboradas em diversos momentos da história da catalogação contêm resquícios dos objetivos de encontrar e de dispor, definidos primeiramente por Charles Ammi Cutter, sendo o controle de autoridade requerido para alcançá-los. Conclui-se que o controle de autoridade é um elemento importante para os catálogos, uma vez que assegura a realização dos objetivos de encontrar e de dispor sem a necessidade do usuário conhecer todos os nomes de uma entidade. No contexto dos atuais ambientes informacionais digitais, os estudos sobre o controle de autoridade adquirem cada vez mais importância, pois, nesses ambientes, precisão e desambiguação, atributos possibilitados pelo controle de autoridade, são características essenciais. Transpostos para a Web, os estudos sobre controle de autoridade ganham uma dimensão ainda maior, constituindo-se como importantes contribuições da catalogação a tal ambiente e, em especial, aos esforços e projetos voltados à Web Semântica.

Palavras-Chave:

Controle de autoridade. Objetivos e funções dos catálogos. FRBR. Informação e Tecnologia.

Abstract

Considering catalog as a communication channel between user and library collection, this paper aims to demonstrate the importance of authority control for objectives and functions of catalogs. The paper presents authority control and authority work definitions and introduces the objectives and functions of the catalog defined by Charles Ammi Cutter, Eva Verona, Ákos Domanovszky, Seymour Lubetzky and Elaine Svenonius, as well as those presented in Paris Principles, in *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) and in *Statement of International Cataloguing Principles*. The findings expose that definitions



of the objectives and functions of the catalog, elaborated and reviewed several times in history of cataloging, contain vestiges of finding and collocating objectives firstly defined by Charles Ammi Cutter, and such objectives requires authority control. This paper concludes that authority control is an important component for catalogs, since authority control assures the finding and collocating objectives achievement without the need of user knows about all names of entity sought. In the current digital information environments, studies on authority control obtain increasingly importance, because accuracy and disambiguation, characteristics enabled by authority control, are essentials. Studies on authority control transposed to the Web get a higher proportion becoming important contributions to the Web and, especially, to the Semantic Web efforts and projects.

Keywords:

Authority control. Objectives and functions of the catalog. FRBR. Information and Technology.

1 Introdução

A atividade de catalogação é aqui considerada como sendo constituída por processos descritivos e temáticos. Os processos descritivos (catalogação descritiva) – nos quais se foca o presente trabalho – compreendem a elaboração e a manipulação de descrições bibliográficas e a escolha, o estabelecimento e a atribuição dos pontos de acesso de autor e título; os processos temáticos, conhecidos como catalogação de assunto, compreendem a análise de assunto e a atribuição dos pontos de acesso de assunto (TAYLOR, 2004). Um dos produtos desses processos descritivos e temáticos é o catálogo, que atua como um canal de comunicação entre o acervo e o usuário (MEY, 1995).

Os processos descritivos e temáticos da catalogação incluem diversas atividades, dentre as quais se encontram aquelas voltadas ao controle de autoridade. Nos processos descritivos da catalogação encontra-se o controle dos pontos de acesso que são utilizados para representar pessoas, entidades coletivas, famílias, locais geográficos, obras, expressões e séries.

Nos processos temáticos encontra-se o controle de autoridade de assunto, que compreende os termos utilizados para representar conceitos durante o tratamento temático do recurso informacional. Este estudo, por voltar-se à catalogação descritiva, não aborda essa modalidade do controle de autoridade.

A história da catalogação descritiva é permeada pela elaboração de catálogos, definições dos objetivos e funções desses, declarações dos princípios e características da catalogação, elaboração de conjuntos de regras para guiarem a construção de descrições bibliográficas e a escolha, o estabelecimento e a atribuição de pontos de acesso, criação de formatos para o intercâmbio de dados, e, mais recentemente, pelos modelos conceituais para dados bibliográficos e de autoridade para a modelagem e a construção de catálogos e de bancos de dados.

Embora nem sempre explícita, a necessidade do controle de autoridade para os catálogos mostra-se presente em diversos momentos da história da catalogação descritiva. Diante da escassez de estudos nacionais sobre a temática em questão, este estudo tem por objetivo demonstrar a importância do controle de autoridade para os objetivos e funções dos catálogos.

2 Revisão de Literatura

Antecedendo a discussão sobre a importância do controle de autoridade para os objetivos e funções dos catálogos, convém definir o que é entendido aqui por controle de autoridade e quais são os conceitos a ele relacionados.

Na literatura – principalmente internacional – sobre catalogação descritiva dois termos são comumente associados às atividades de controle dos pontos de acesso, são eles: controle de autoridade (*authority control*) e trabalho de autoridade (*authority work*). A distinção entre os dois termos pode ser difícil, o que faz com que, muitas vezes, tais termos sejam empregados erroneamente, seja pela definição dada a cada um deles, seja pelo fato de serem tratados como sinônimos.

Apesar da dificuldade em apresentar uma definição consensual de controle de autoridade e de trabalho de autoridade, é possível observar na literatura alguns apontamentos que conduzem a uma definição que pode ser utilizada para os propósitos deste estudo.

2.1 Controle de autoridade

É de modo breve que Burger (1985, p. 3, tradução nossa) aponta que controle de autoridade e trabalho de autoridade não são a mesma coisa, “o trabalho de autoridade permite que o controle de autoridade ocorra”. Para o autor “o controle de autoridade é alcançado quando os cabeçalhos [ou seja, pontos de acesso] em um catálogo estão consistentes e quando um mecanismo (o arquivo de autoridade) e políticas de catalogação foram estabelecidos para assegurar essa consistência” (BURGER, 1985, p. 1, tradução nossa). Assim, para o autor, o controle de autoridade não é uma tarefa ou um conjunto de tarefas.

Uma das definições de controle de autoridade mais encontradas na catalogação descritiva é a apresentada por Taylor (1984¹, p. 2 apud MARAIS, 2004, p. 62, tradução nossa): “controle de autoridade é o processo de manter a consistência nos cabeçalhos em um arquivo bibliográfico por meio de referências a um arquivo de autoridade”, em outras palavras, a utilização dos pontos de acesso autorizados do arquivo de autoridade nos registros bibliográficos do catálogo com a finalidade de manter a consistência dos pontos de acesso em tal catálogo.

Marais (2004, p. 62, tradução nossa), que se apoia na definição de Taylor, aponta que controle de autoridade é um “termo global e amplo para os processos técnicos do trabalho de autoridade e que tem como objetivo alcançar o controle sobre as formas variantes dos pontos de acesso”. Ainda segundo a autora, o “controle de autoridade obriga o uso de sistemas limitados e padronizados para a representação da informação e impõe uniformidade ao passo que rejeita divergência e diversidade” (MARAIS, 2004, p. 61, tradução nossa).

Frías Montoya (2001, p. 422), que também se apoia na definição de Taylor, entende que controle de autoridade refere-se às operações do trabalho de autoridade que enfatizam o controle sobre as diferentes formas dos pontos de acesso.

A concepção de Taylor sobre o controle de autoridade, a consistência dos pontos de acesso do catálogo mantida por meio do arquivo de autoridade, mostra-se presente também na definição que Reitz (2010, tradução nossa):

Os procedimentos pelos quais a consistência de forma é mantida nos cabeçalhos (nomes, títulos uniformes, títulos de séries e assuntos) utilizados em um catálogo de biblioteca ou arquivo de registros bibliográficos por meio

¹ TAYLOR, A. G. Authority files in online catalogs: an investigation of their value. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 4, n. 3, p. 1-17, 1984.

da aplicação de uma lista autorizada (chamada arquivo de autoridade) aos novos itens quando eles são adicionados à coleção.

Rowley e Farrow (c2000) discordam de Taylor ao apontarem que o controle de autoridade não inclui somente a utilização dos pontos de acesso autorizados do arquivo de autoridade nos registros bibliográficos. Para os autores, o controle de autoridade

[...] diz respeito à manutenção e aplicação de pontos de acesso padronizados ou termos de índice. O controle de autoridade consiste na criação de registros de autoridade para cabeçalhos estabelecidos, no relacionamento dos registros de autoridade com os registros bibliográficos e na manutenção e avaliação do sistema de autoridade. (ROWLEY; FARROW, c2000, p. 369-370, tradução nossa).

Segundo Chan (1994, p. 13-14, tradução nossa) “as atividades de controle de autoridade incluem a integração de registros de autoridade padronizados no sistema local e a preparação de registros de autoridade para aqueles nomes e assuntos que não estão disponíveis em arquivos de autoridade padronizados”.

Ainda segundo Chan (2007, p. 166, tradução nossa), o controle de autoridade de nomes de pessoas e entidades coletivas tem três principais propósitos:

(a) garantir que todas as obras escritas por um determinado autor, ou relacionadas a uma mesma entidade coletiva, sejam recuperados com o mesmo ponto de acesso (ou sob o mesmo cabeçalho); (b) garantir que um determinado ponto de acesso conduza somente às obras de um autor específico ou relacionadas a uma entidade coletiva específica; e (c) poupar o tempo e esforço de ter que estabelecer o cabeçalho cada vez que uma obra de um mesmo autor ou relacionada à mesma entidade coletiva é catalogada.

Bozzarelli (2004, p. 5, tradução nossa) aponta que o termo controle de autoridade é “frequentemente utilizado como um termo genérico para designar um conjunto de práticas e procedimentos (trabalho de autoridade) que visa à criação de um ‘arquivo’ (arquivo de autoridade) de registros de autoridade”.

Clack (1990, p. 2, tradução nossa) aponta que o controle de autoridade

é o processo de garantir que toda entrada – nome, título uniforme, série ou assunto – que é selecionada como um ponto de acesso para o catálogo público é única e não está em conflito, por ser idêntica, com qualquer outra entrada que já está no catálogo ou que pode ser incluída posteriormente.

Jiménez Pelayo e García Blanco (2002, p. 25) apontam que o controle de autoridade é um processo de normalização cujo objetivo é estabelecer a forma exata e inequívoca com a qual um ponto de acesso deve sempre ser utilizado em um catálogo bibliográfico. Sobre a variedade e ambiguidade terminológica, os autores defendem que os termos controle de pontos de acesso, gestão de autoridades, gestão e manutenção de autoridades, trabalho de autoridades e controle de acesso são sinônimos de controle de autoridade, uma vez que a diferença entre eles é puramente léxica (JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002, p. 28).

Desse modo, a concepção apresentada por Jiménez Pelayo e García Blanco (2002, p. 25) de que controle de autoridade e trabalho de autoridade são a mesma coisa está diretamente em confronto com a de Burger (1985, p. 1), que aponta que o controle de autoridade ocorre por meio do trabalho de autoridade. Diante dessa confrontação, o que se tem como trabalho de autoridade?

2.2 Trabalho de autoridade

Burger (1985, p. 3, grifo do autor, tradução nossa) define o trabalho de autoridade como sendo constituído por pelo menos cinco complexos processos:

1. a criação de *registros de autoridade* (os quais serão utilizados para criar registros bibliográficos autorizados);
2. a reunião dos registros em um *arquivo de autoridade*;
3. a vinculação do arquivo de autoridade ao arquivo bibliográfico; juntos eles formam um *sistema de autoridade*;
4. a manutenção do arquivo e do sistema de autoridade;
5. a avaliação do arquivo e do sistema.

De acordo com Maxwell (2002, p. 3-5), o trabalho de autoridade consiste na formação de pontos de acesso uniformes, na manutenção do registro de autoridade e no registro das decisões tomadas em um arquivo de autoridade. Para o autor, o propósito do trabalho de autoridade é assegurar consistência ao catálogo para que o seu usuário tenha que realizar uma busca sob um e apenas um ponto de acesso para encontrar os registros associados a um determinado nome (MAXWELL, 2002, p. 1).

Para Frías Montoya (2001, p. 421-422, tradução nossa)

O “trabalho de autoridade” é uma denominação ampla que inclui os trabalhos de investigação e o esforço intelectual que comporta a criação e atualização dos registros de autoridade. [...] o trabalho de autoridade compreende a criação de relações entre outras formas distintas do nome que podem ter sido utilizadas pelo autor [...] A manutenção dos arquivos [de autoridade], dos registros bibliográficos e das referências associadas no catálogo da biblioteca também faz parte do que temos denominado “trabalho de autoridade”.

Sobre o trabalho de autoridade, Marais (2004, p. 61, tradução nossa) aponta que ele “implica o trabalho de pesquisa, esforço intelectual e todas as tarefas burocráticas envolvidas na criação e atualização de registros de autoridade”.

Reitz (2010, tradução nossa) define o trabalho de autoridade como

O processo de decidir qual forma de um nome, título, título de série ou assunto será utilizado como cabeçalho autorizado no catálogo da biblioteca ou arquivo de registros bibliográficos, inclui o estabelecimento das remissivas apropriadas para o cabeçalho e seus relacionamentos com outros cabeçalhos no arquivo de autoridade.

Hagler (1997, p. 112-113, tradução nossa) aponta como sendo coletivamente chamadas de trabalho de autoridade as atividades de:

- 1) determinar se existe ou não um relacionamento significativo entre diferentes nomes ou termos e se um mesmo nome ou termo pode referir-se a mais de uma diferente pessoa, conceito, etc.
- 2) estabelecer e relacionar todos os possíveis pontos de acesso que podem razoavelmente expressar cada pessoa, conceito, etc. independente.

Sobre o que seria o trabalho de autoridade, os autores que apresentaram esse conceito o fizeram quase que de forma consensual, não ocorrendo divergências tão grandes quanto as existentes em relação ao conceito de controle de autoridade. Desse modo, principalmente com base em Burger (1985, p. 3), considera-se o trabalho de autoridade como:

- a criação de registros de autoridade;
- a reunião dos registros de autoridade em um arquivo de autoridade;
- o estabelecimento do vínculo entre o arquivo de autoridade e o catálogo, criando um sistema de autoridade;
- a manutenção do arquivo de autoridade e do sistema de autoridade; e
- a avaliação do arquivo de autoridade e do sistema de autoridade.

As concepções de controle de autoridade apresentadas por alguns autores, muitas vezes, mostram-se contraditórias entre si e variam desde uma abordagem do controle de

autoridade como um estado que se alcança por meio da realização de um conjunto de atividades, até o próprio conjunto de atividades ou algumas atividades desse conjunto.

Bozzarelli (2004, p. 5), Chan (1994, p. 13-14), Frías Montoya (2001, p. 422), Jiménez Pelayo e García Blanco (2002, p. 25), Marais (2004, p. 62), Reitz (2010), Rowley e Farrow (c2000, p. 369-370) e Taylor (1984, p. 2) conceituam o controle de autoridade como sendo o conjunto de atividades, ou como algumas atividades desse conjunto. Burger (1985, p.1), entretanto, afirma que essas atividades são necessárias para o alcance do que ele, então, denomina de controle de autoridade.

Ainda que, de certo modo, a maior parte das concepções aqui apresentadas não esteja de acordo com a de Burger, entende-se que a concepção desse autor mostra-se mais adequada pela própria palavra “controle”: controle não é a ação de fazer, e sim o que é alcançado por meio de uma ação ou de um conjunto de ações. Assim, não se faz o controle de autoridade, mas sim um conjunto de atividades que tem como meta o controle de autoridade.

Portanto, para este estudo, conclui-se que o controle de autoridade consiste em um estado em que os pontos de acesso utilizados para identificar as entidades em um catálogo ou arquivo bibliográfico estão consistentes. Tal consistência implica em uma entidade ser identificada por apenas um ponto de acesso autorizado e em um ponto de acesso autorizado identificar somente uma entidade.

Na catalogação descritiva, o controle de autoridade pode ser alcançado sobre os pontos de acesso utilizados para representar pessoas, entidades coletivas, famílias, localizações geográficas, obras, expressões e séries. O controle de autoridade é alcançado por meio de um conjunto de processos, os quais estão reunidos sob a denominação trabalho de autoridade.

Tendo sido apresentada uma definição de controle de autoridade para os propósitos deste estudo, discute-se a importância do controle de autoridade para os objetivos e funções dos catálogos.

3 Materiais e Métodos

Com o intuito de construir conhecimento teórico acerca da importância do controle de autoridade para os catálogos, o presente estudo apresenta-se como descritivo e exploratório. É descritivo porque tem como objetivo “a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo” (OLIVEIRA NETTO, 2008, p. 29) e exploratória porque “objetiva a descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes” (OLIVEIRA NETTO, 2008, p. 29).

Quanto aos procedimentos dos quais se fez uso, a pesquisa é bibliográfica. A pesquisa bibliográfica “tem como princípio básico conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno” (OLIVEIRA NETTO, 2008, p. 30) ou, segundo Macedo (1996, p. 13), procura “identificar, localizar e obter documentos pertinentes ao estudo de um tema bem delimitado, levantando-se a bibliografia básica”.

4 Resultados Finais

A catalogação, como mostrado pelo princípio da consistência (STATEMENT..., 2009, p. 2, MEY; SILVEIRA, 2009, p. 10-11) e por Gorman (2004, p. 12), requer o controle de autoridade.

Como um dos produtos da catalogação tem-se o catálogo, também chamado de arquivo bibliográfico ou arquivo de registros bibliográficos, definido como um “conjunto

organizado de registros bibliográficos que representam os itens de uma particular coleção e/ou recursos acessíveis em uma localização específica” (TAYLOR, 2006, p. 6, tradução nossa) ou, segundo Mey (1995, p. 9), “canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s)”.

De modo geral, os catálogos reúnem os dados resultantes dos processos descritivos e temáticos da catalogação, além dos dados de classificação e de circulação, e atuam como uma ferramenta para o acesso à informação em bibliotecas e em outras unidades de informação.

Sobre os catálogos, Mey e Silveira (2009, p. 13) sintetizam que eles “veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos usuários encontrar os registros do conhecimento de seu interesse e permitindo aos registros do conhecimento encontrar seus usuários”.

Uma vez que o catálogo veicula as mensagens elaboradas pela catalogação, ele deve possuir uma estrutura que comporte tais mensagens. Se a catalogação requer o controle de autoridade, os catálogos, para sua devida operacionalização, devem também requerê-lo, é por isso que, conforme demonstrado a seguir, a necessidade do controle de autoridade tem sido retratada desde os primeiros esboços dos objetivos do catálogo até os objetivos e funções apresentados na última versão da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.

Sir Anthony Panizzi, em seu *Rules for the compilation of the catalogue*² (Regras para a compilação do catálogo) publicado em 1838 e conhecido amplamente como as 91 Regras de Panizzi, de acordo com Svenonius (2000, p. 15), já se referia, mesmo que indiretamente, aos objetivos bibliográficos quando argumentou a favor da necessidade do catálogo reunir itens comuns e diferenciar os itens similares. Em Panizzi, a necessidade do controle de autoridade mostra-se presente, pois é o controle de autoridade que permitirá, por exemplo, que os livros escritos por um determinado autor sejam reunidos e que os autores de nomes semelhantes ou obras com títulos similares sejam diferenciadas.

Apesar de, de modo geral, ser perceptível a presença de uma expressão de quais seriam os objetivos do catálogo nas 91 Regras de Panizzi, foi Charles Ammi Cutter quem, em 1876, em seu *Rules for a dictionary catalog* (Regras para um catálogo dicionário), primeiro explicitou quais seriam tais objetivos.

De acordo com Cutter (1904, p. 12, tradução nossa) os objetivos do catálogo são:

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro do qual

- | | | |
|---------------|---|--------------|
| (A) o autor | } | é conhecido. |
| (B) o título | | |
| (C) o assunto | | |

2. Mostrar o que a biblioteca possui

- (D) de um dado autor
- (E) sobre um dado assunto
- (F) em um tipo de literatura.

3. Auxiliar na escolha de um livro

- (G) por sua edição (bibliograficamente).
- (H) por seu caráter (literário ou temático).

O primeiro objetivo definido por Cutter, o objetivo encontrar (*finding objective* como é comumente referido na literatura), refere-se a quando o usuário busca por um documento conhecido e tem em mãos o autor, título ou assunto desse documento. O segundo objetivo, o objetivo dispor (*collocating objective*), refere-se a quando o usuário também possui alguma

² BRITISH MUSEUM. *Rules for the compilation of the catalogue*. London, 1841.

informação sobre o autor, título ou assunto, mas necessita de um conjunto de documentos. O terceiro, o objetivo escolher (*choice objective*), refere-se a quando o usuário depara-se com um número de documentos similares e necessita realizar uma efetiva escolha entre eles, por exemplo, a escolha entre diferentes edições de uma obra (SVENONIUS, 2000, p. 15-16).

Para que tais objetivos pudessem ser alcançados, Cutter (1904, p. 12, tradução nossa) listou alguns meios:

1. Entrada pelo autor com as remissivas necessárias (para os objetivos A e D).
2. Entrada pelo título ou remissiva de título (para o B).
3. Entrada por assunto, remissiva e tabela de assunto classificada (para o C e o E).
4. Entrada pela forma e pelo idioma (para o F).
5. Informando edição e impressão, em notas quando necessário (para o G).
6. Notas (para o H).

A necessidade do controle de autoridade para a realização dos objetivos encontrar e dispor é indicada por Cutter por meio da necessidade de estabelecer as remissivas para o nome do autor, título e assunto. Tais remissivas, que são um dos resultados do trabalho de autoridade, são utilizadas para direcionar o usuário do catálogo para o nome ou forma do nome do autor, do título ou do assunto que foi dada como preferida pela biblioteca ou instituição responsável pelo catálogo, permitindo, por exemplo, que um usuário encontre um livro do qual conhece apenas um dos nomes ou uma forma do nome do autor, e que o catálogo mostre o que a biblioteca possui de um determinado autor sem que o usuário precise conhecer todos os nomes ou formas do nome utilizadas por tal autor.

Eva Verona, bibliotecária iugoslava, aponta como objetivos do catálogo:

O catálogo deve ser um instrumento que informe:

1. se uma certa **unidade bibliográfica**, isto é, um determinado livro ou uma determinada edição de uma determinada obra, existe na biblioteca;
 2. que edições, traduções, etc., de uma determinada obra ou **unidade literária** existem na biblioteca;
 3. que publicações de um determinado autor existem na biblioteca.
- (VERONA, 1963³ apud FIUZA, 1980, p. 146, grifo do autor).

Os objetivos definidos por Verona, em parte, assemelham-se aos definidos por Cutter: o objetivo 1 aproxima-se do objetivo encontrar e os objetivos 2 e 3 aproximam-se do objetivo dispor. Os objetivos 2 e 3 descritos por Verona requerem, respectivamente, o controle de autoridade para os pontos de acesso que representam obras e para os pontos de acesso que representam autores.

Ákos Domanovszky, bibliotecário húngaro, determina como funções do catálogo: transmitir, organizar e agrupar informação sobre um item específico ou parte dele (MEY, 1987, p. 23). A necessidade do controle de autoridade está presente na função de organizar descrita por Domanovszky, que assemelha-se ao objetivo dispor definido por Cutter. Tal função consiste em

[...] organizar informação sobre todos os objetos elementares registrados no catálogo sob nomes de pessoas ou entidades em unidades informacionais compostas, novas, cada uma das quais comunica informação reunida sobre aquela parte das produções e atividades de um indivíduo ou entidade,

³ VERONA, E. The function of the main entry in the alphabetical catalogue: a second approach. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES. Paris, 1961. **Report**. London: C. Bingley, 1963. p. 145-157.

incluída naqueles objetos elementares. (DOMANOVSKY, 1974⁴, p. 171-172 apud MEY, 1987, p. 23).

Na literatura anglo-americana os objetivos definidos por Cutter permaneceram respeitados e inalterados até 1960 quando foram revisados por Seymour Lubetzky (SVENONIUS, 2000, p. 16). Os objetivos revisados por Lubetzky tornaram-se:

Primeiro, facilitar a localização de uma publicação em particular, isto é, na localização de uma edição particular de uma obra, que está na biblioteca.

Segundo, relacionar e agrupar as edições que a biblioteca tem de uma determinada obra e as obras que ela tem de um determinado autor. (LUBETZKY, 1960⁵, p. ix apud SVENONIUS, 2000, p. 16, tradução nossa).

Os objetivos definidos por Lubetzky também se assemelham aos definidos por Cutter: o primeiro, facilitar a localização de uma publicação em particular, assemelha-se ao objetivo encontrar, enquanto que o segundo assemelha-se ao objetivo dispor. Lubetzky, assim como Verona, relaciona em seu segundo objetivo a necessidade do controle dos pontos de acesso que representam obras e dos pontos que acesso de representam autores.

De acordo com Svenonius (2000, p. 16), os objetivos definidos por Lubetzky foram levemente modificados para a menção do critério de busca e adotados como as funções do catálogo na *Statement of Principles* (Declaração dos Princípios), os chamados Princípios de Paris, resultante da *International conference on cataloguing principles*, realizada em outubro de 1961 na cidade de Paris. Sobre as funções do catálogo, os Princípios de Paris trazem:

O catálogo deve ser um eficiente instrumento para verificar

2.1 se a biblioteca possui um particular livro especificado por

(a) seu autor e título, ou

(b) se o autor não está nomeado no livro, somente seu título, ou

(c) se o autor e o título são inapropriados ou insuficientes para a identificação, um substituto apropriado para o título; e

2.2 (a) quais obras de um particular autor e

(b) quais edições de uma particular obra estão na biblioteca.

(STATEMENT..., 1961, p. 1, tradução nossa).

As funções do catálogo definidas nos Princípios de Paris, por terem como base os objetivos definidos por Lubetzky, também requerem o controle de autoridade e se assemelham aos objetivos do Cutter: o item 2.1 equivale ao objetivo encontrar e o item 2.2 ao objetivo dispor.

A Declaração adotada em 1961 tinha como meta servir de base para a padronização internacional na área da catalogação descritiva, essa meta certamente foi alcançada, uma vez que a maioria dos códigos de catalogação desenvolvidos após a Declaração a seguiram estritamente ou pelo menos em alto grau (STATEMENT..., 2008, p. 1).

As funções do catálogo permaneceram como apresentadas nos Princípios de Paris até o final da década de 1990 quando o *IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records* emitiu o relatório final sobre seu estudo desenvolvido com a finalidade de definir quais seriam os requisitos funcionais para os registros bibliográficos.

Tal relatório, o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), conhecido amplamente por FRBR, define um conjunto de tarefas do usuário (*user tasks*) as quais, de certa forma, podem ser consideradas como objetivos do catálogo. São elas:

⁴ DOMANOVSKY, Á. **Functions and objects of author and title cataloguing**: a contribution to cataloguing theory. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1974.

⁵ LUBETZKY, S. **Code of cataloging rules**: author and title entry: an unfinished draft. Chicago: American Library Association, 1960.

- **encontrar** entidades que correspondam ao critério de busca estipulado pelo usuário (localizar uma única entidade ou um grupo de entidades em um arquivo ou banco de dados como o resultado de uma busca utilizando um atributo ou relacionamento da entidade);
- **identificar** uma entidade (confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);
- **selecionar** uma entidade que é apropriada às necessidades do usuário (escolher uma entidade que satisfaça os requisitos do usuário com respeito ao conteúdo, forma física, etc., ou para rejeitar uma entidade como sendo inapropriada às necessidades do usuário);
- adquirir ou **obter** acesso à entidade descrita (adquirir uma entidade por compra, empréstimo, etc., ou acessar uma entidade eletronicamente por uma conexão *online* com um computador remoto). (FUNCTIONAL..., 1998, p. 82, tradução nossa).

Segundo Svenonius (2000, p. 17), as tarefas do usuário definidas no FRBR diferem de várias formas dos Princípios de Paris:

- as tarefas do usuário retomam o objetivo da escolha por meio da tarefa selecionar;
- as tarefas do usuário generalizam o vocabulário: utilizam o termo entidade ao invés de livro, não utilizam mais biblioteca e removem a restrição da busca apenas por autor, título e assunto; e
- as tarefas do usuário removem a ambiguidade presente no tradicional objetivo encontrar por meio da substituição desse objetivo pelas tarefas encontrar, identificar e obter.

No entanto, por mais que Svenonius (2000, p. 17) considere oportuna e relevante a generalização realizada com o intuito de abranger materiais não-livro e agências além das bibliotecas, a autora aponta que ocorre um colapso dos tradicionais objetivos encontrar e dispor. Nas tarefas do usuário, os objetivos de encontrar um documento conhecido (o objetivo encontrar) e de encontrar um conjunto de documentos com base em um critério como o autor ou o título (o objetivo dispor) estão reunidos dentro da tarefa de encontrar, a qual não apresenta em sua definição os dois diferentes modos de encontrar.

Com o intuito de especificar os tradicionais objetivos encontrar e dispor, Svenonius reescreveu a definição da tarefa encontrar. A autora acrescentou também a tarefa navegar: “encontrar obras relacionadas a uma dada obra pela generalização, associação e agregação; encontrar atributos relacionados por equivalência, associação e hierarquia” (SVENONIUS, 2000, p. 20, tradução nossa).

As alterações que Svenonius propôs às tarefas do usuário influenciaram a IFLA durante o processo de revisão dos Princípios de Paris (STATEMENT..., 2009, p. 3) que ocorreu por meio de uma série de conferências entre os anos de 2003 e 2007 e culminou, entre outros, na *Statement of International Cataloguing Principles* (Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação).

Na versão de 2009 da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação constam como os objetivos e funções do catálogo:

O catálogo deve ser um eficiente e efetivo instrumento que permita ao usuário:

4.1. encontrar recursos bibliográficos em uma coleção como resultado de uma busca utilizando atributos ou relacionamentos dos recursos:

4.1.1. encontrar um único recurso

4.1.2. encontrar um conjunto de recursos representando todos os recursos pertencentes a mesma obra, todos os recursos corporificando a mesma expressão, todos os recursos exemplificando a mesma manifestação, todos os

recursos associados à uma determinada pessoa, família ou entidade coletiva, todos os recursos sobre um dado assunto, todos os recursos definidos por outro critério (idioma, local de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma limitação secundária do resultado da busca;

4.2. identificar um recurso bibliográfico ou agente (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade buscada ou para distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);

4.3. selecionar um recurso bibliográfico que é apropriado às necessidades do usuário (isto é, escolher um recurso que satisfaça os requisitos do usuário em relação ao meio, conteúdo, etc., ou para rejeitar um recurso como sendo inapropriado às necessidades do usuário);

4.4. adquirir ou obter acesso ao item descrito (prover a informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou acessar um item eletronicamente por meio de uma conexão *online* com uma fonte remota); ou acessar, adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;

4.5. navegar no catálogo e além dele (isto é, por meio do arranjo lógico dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de claras maneiras de se mover sobre eles, incluindo a apresentação de relacionamentos entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares). (STATEMENT..., 2009, p. 3-4, tradução nossa).

A necessidade do controle de autoridade encontra-se implícita nas tarefas do usuário do FRBR por meio da tarefa encontrar. Após as modificações de Svenonius e a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, a necessidade de tal controle tornou-se mais evidente: primeiro pela divisão da tarefa encontrar (encontrar um ou um conjunto), o que remontou aos objetivos de encontrar e dispor de Cutter e, em segundo, pela inserção da tarefa navegar destacando uma utilidade dos dados de autoridade até então não presente na literatura, mas que, nos ambientes digitais, adquire um importante papel.

As considerações sobre os objetivos e funções dos catálogos, como apresentadas na última Declaração, mesmo não estando isentas de qualquer revisão, conduzem a uma reunião dos ideais que foram proclamados ao longo da história dos catálogos e da própria catalogação.

Os objetivos encontrar e dispor, definidos primeiramente por Cutter (1904, p. 12) e reiterados e/ou modificados por outros autores, são alcançados de forma efetiva mediante o controle de autoridade. O controle de autoridade requer a reunião de todos os nomes ou formas do nome pelo qual uma entidade é conhecida, com o objetivo de fazer com que o usuário, ao utilizar em sua busca qualquer um desses nomes ou formas do nome, encontre um determinado recurso informacional ou todos os recursos associados à entidade por ele desejada.

Por fim, Taylor (2006) define quatro funções do catálogo, são elas: identificar, dispor, avaliar e localizar. No entanto, a autora acrescenta que “Qualquer que seja a terminologia utilizada, o controle de autoridade aumenta em muito a habilidade do usuário para ter sucesso na utilização de um catálogo” (TAYLOR, 2006, p. 284, tradução nossa). Ainda sobre a importância do controle de autoridade para o usuário, Marais (2004, p. 60, tradução nossa) acrescenta que tal controle tem como propósito “estruturar os pontos de acesso no catálogo de modo que usuário possa encontrar rápida e facilmente o que está buscando”.

5 Considerações Finais

As considerações sobre os objetivos e funções do catálogo presentes nas obras de Panizzi, Cutter, Verona, Domanovszky, Lubetzky, Svenonius, do *IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records*, nos Princípios de Paris e na *Statement of International Cataloguing Principles*, as quais, de certo modo, podem traçar um breve histórico da catalogação e dos catálogos nos últimos 150 anos, estão acompanhadas, ora em menor, ora em maior grau, da necessidade do controle de autoridade como um meio de realizar tais objetivos e funções.

Assim, conclui-se que o controle de autoridade possibilita a existência de uma ferramenta para o acesso à informação (o catálogo) em que o usuário consiga navegar e encontrar um único recurso informacional ou todos os recursos associados a uma determinada entidade sem a necessidade de ele conhecer todos os nomes pelos quais tal entidade é conhecida.

Além disso, entende-se que a compreensão do controle de autoridade possibilita o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de meios para garantir a consistência e a padronização à catalogação, e ainda o desenvolvimento de catálogos que assegurem precisão no acesso à informação e atuem efetivamente como um meio através do qual as informações contidas nos recursos informacionais dos acervos das bibliotecas e demais unidades de informação possam chegar aos usuários que delas necessitam.

No contexto dos atuais ambientes informacionais digitais, os estudos sobre o controle de autoridade adquirem cada vez mais importância. Nesses ambientes, precisão e desambiguação, atributos possibilitados pelo controle de autoridade, são características essenciais.

A utilização de um dos buscadores mais populares da Web, permite notar que o uso de remissivas tem sido constante, seja para direcionar o usuário a um termo de busca mais apropriado (remissivas ver sob o rótulo “Você quis dizer”) ou para sugerir termos de busca relacionados (remissivas ver também sob o rótulo “Pesquisas relacionadas”). O estabelecimento de pontos de acesso autorizados e de remissivas é essencial ao controle de autoridade, tal tarefa vem sendo realizada a mais de um século no ambiente das bibliotecas.

Uma das temáticas que tem congregado estudos de diversas áreas do conhecimento, inclusive da Ciência da Informação, é a Web Semântica. Segundo Alves (2005, p. 161-162), a Web Semântica relaciona-se à Ciência da Informação, uma vez que,

por se tratar de uma iniciativa tecnológica que estabelece uma melhor estruturação dos dados e representação do conteúdo dos recursos para uma posterior recuperação, há na Web Semântica uma semelhança com os sistemas de recuperação da informação, nos quais a Ciência da Informação estabelece regras, técnicas, padrões e metodologias para proporcionar a necessária representação das informações ou do conhecimento registrado e assim, proporcionar uma eficiente recuperação da informação nesses sistemas.

Assim, se transpostos para a Web, os estudos sobre controle de autoridade ganham uma dimensão ainda maior, constituindo-se como importantes contribuições da catalogação a tal ambiente e, em especial, aos esforços e projetos voltados à Web Semântica.

Sobre controle de autoridade e trabalho de autoridade a literatura é predominantemente de origem internacional, destacando-se as publicações estadunidenses, o que confirma a premissa de que tais tópicos são pouco discutidos na literatura nacional sobre catalogação descritiva.

Diante dessa lacuna, são sugeridos como temas de estudo os padrões de metadados utilizados para alcançar o controle de autoridade, tais como o Formato MARC 21 para Dados

de Autoridade e o *Metadata Authority Description Schema* (MADS) (Esquema de Metadados para a Descrição de Autoridade), o controle de autoridade e os arquivos de autoridade na Web Semântica, e o conceito de *access control* (MARAIS, 2004, p. 81), dentre outros.

6 Referências

ALVES, R. C. V. **Web Semântica**: uma análise focada no uso de metadados. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em:

<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/alves_rcv_me_mar.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BOZZARELLI, O. **Authority control**: teorie, applicazioni e prospettive di sviluppo. 2004. 129 f. Tesi (Diploma in Teoria e tecniche della catalogazione e della classificazione) – Indirizzo Bibliotecari, Scuola speciale per archivisti e bibliotecari, Università degli Studi di Roma La Sapienza, Roma, 2004. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/18400/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BURGER, R. H. **Authority work**: the creation, use, maintenance, and evaluation of authority records and files. Littleton: Libraries Unlimited, 1985.

CHAN, L. M. **Cataloguing and classification**: an introduction. 2nd ed. New York: McGraw-Hill, 1994.

CHAN, L. M. **Cataloguing and classification**: an introduction. 3rd ed. Lanham: The Scarecrow Press, 2007.

CLACK, D. H. **Authority control**: principles, applications, and instructions. Chicago: American Library Association, 1990.

CUTTER, C. A. **Rules for a dictionary catalog**. 4th ed. rew. Washington, DC: Government Printing Office, 1904.

FIUZA, M. M. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 139-158, set. 1980.

FRÍAS MONTOYA, J. A. El control de autoridades y el acceso a la información. In: PINTO MOLINA, M. (Ed.). **Catalogación de documentos**: teoría y práctica. 2. ed. rev. y actual. Madrid: Síntesis, 2001. p. 419-472.

FUNCTIONAL requirements for bibliographic records: final report. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/cataloguing/frbr/frbr.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

GORMAN, M. Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 38, n. 3/4, p. 11-22, 2004.

HAGLER, R. **The bibliographic record and information technology**. 3rd ed. Chicago: American Library Association; Ottawa: Canadian Library Association, 1997.

JIMÉNEZ PELAYO, J.; GARCÍA BLANCO, R. **El catálogo de autoridades: creación y gestión en unidades documentales**. Gijón: Trea, 2002.

MACEDO, N. D. de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2. ed. rev. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MARAIS, H. **Authority control in an academic library consortium using a union catalogue maintained by a central office for authority control**. 2004. 310 f. Tese (Doctor of literature and philosophy in the subject Information Science) - University of South Africa, Pretoria, 2004. Disponível em: <<http://uir.unisa.ac.za/handle/10500/2546>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

MAXWELL, R. L. **Maxwell's guide to authority work**. Chicago: American Library Association, 2002.

MEY, E. S. A. **Catalogação e descrição bibliográfica: contribuições a uma teoria**. Brasília: ABDF, 1987.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

OLIVEIRA NETTO, A. A. de. **Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos**. 3. rev. atual. Florianópolis: Visual Books, 2008.

REITZ, J. M. **Online dictionary for library and information science**. Last updated March 9, 2010. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010. Disponível em: <<http://lu.com/odlis/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

ROWLEY, J.; Farrow, J. **Organizing knowledge: an introduction to managing access to information**. 3rd ed. Aldershot: Ashgate, c2000.

STATEMENT of International Cataloguing Principles. [S.l.]: IFLA, 2008. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s13/icc/imeicc-statement_of_principles-2008.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2012.

STATEMENT of International Cataloguing Principles. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-en.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2012.

STATEMENT of principles adopted by the International Conference on Cataloguing Principles, Paris, October 1961. [S.l.: s.n], 1961. Disponível em: <http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/paris_principles_1961.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2011.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: MIT Press, 2000.



TAYLOR, A. G. **Introduction to cataloging and classification.** 10th ed. Westport: Libraries Unlimited, 2006.

TAYLOR, A. G. **The organization of information.** 2nd ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004.